



o fechamento do centro de estudos sociais prof. josé oiticica

pietro ferrua

Falar do fechamento do Centro de Estudos Sociais Prof. José Oiticica é falar em dois fechamentos. O primeiro foi “*manu militari*” e aconteceu em 11 de outubro de 1969, por ordem do Quartel Geral do Comando de Transporte Aéreo do Ministério da Aeronáutica com a colaboração da Polícia Militar e do Departamento de Ordem e Segurança Pública. Foi arrombada a porta da sede, situada na Avenida Almirante Barroso n. 6, sala 1101, no centro do Rio de Janeiro. A partir daí, e nesse mesmo dia, foram presos dezesseis membros do Centro de Estudos. Na minha qualidade de presidente em exercício dessa associação que, em data anterior ao golpe militar tinha sido declarada Entidade de Utilidade Pública (com isenção de Imposto), tive que responder sobre as supostas irregularidades de seu funcionamento e pela presença de “material subversivo”. Fui preso no Dia do Professor (15 de outubro de 1969), mas libertado – na época pensei que “provisoriamente” – no dia 18 do mesmo mês.

Pietro Ferrua é professor emérito no Lewis & Clark College, Portland, Estados Unidos e fundador do Centre Internationale de Recherche sur l'Anarchisme (C.I.R.A.). Viveu no Brasil entre 1963 e 1969. Contato: ferrua@lclark.edu .



As vicissitudes do Centro de Estudos Sociais Prof. José Oiticica (CEPJO) – o termo “sociais” desapareceu ao longo da ditadura – já foram abundantemente narradas por Edgar Rodrigues no ensaio *Os anarquistas no banco dos réus*¹, portanto, limitar-me-ei a acrescentar só alguns detalhes. O CEPJO permaneceu aberto um pouco menos de doze anos, como entidade legal, o que fez com que mesmo práticas consideradas ilegais (até mesmo clandestinas) fossem quase sempre conduzidas à luz do sol. Esta transparência, por incrível que possa parecer, até nos favoreceu, como resulta dos autos do processo. Os nossos interrogadores não podiam entender por que os presos políticos de outras formações ideológicas negavam tudo, enquanto nós não só admitíamos tudo, mas – segundo eles – quase nos gabávamos, permanecendo sempre tranquilos. Por essa razão, no nosso grupo, os únicos a serem torturados foram alguns dos mais jovens que, por inexperiência, mentiram. Só muito depois tivemos confirmação que o torturador era aquele – sempre presente aos interrogatórios, mas só observando – que nós (Roberto das Neves e eu, que fomos presos no mesmo dia, conduzidos juntos ao Quartel da Aeronáutica no Galeão e, às vezes, interrogados juntos) pensávamos ser o torturador. O tal de “algoz” reclamava de fortes dores permanentes de estômago e o Roberto explicava-lhe que provinham de turbas psíquicas (a prática da tortura, que não podia ele mencionar, mas que todos os presentes podiam adivinhar) e tentava convencê-lo a adotar uma dieta macrobiótica.

Roberto e eu continuamos fazendo propaganda anarquista dizendo que na democracia deve-se sempre garantir uma opinião minoritária e que o exercício da lógica exigia sempre alguém que se representasse como o “advogado do diabo”. O Roberto Neves foi ainda mais longe, com aquele



O fechamento do Centro de Estudos Sociais Prof. José Oiticica

sotaque lusitano e a facúndia que ele possuía, quis demonstrar que, afinal das contas, eles (os militares e os policiais) também poderiam ser anarquistas e tornar-se-iam mais felizes e equilibrados se o fossem.

Naqueles poucos dias de prisão demos muitas risadas e houve só dois momentos difíceis. O primeiro foi o assunto do panfleto que ensinava a fabricação das armas e do qual quase todos tinham conhecimento ou uma cópia na biblioteca. Não sei o que responderam os outros, mas me lembro do que eu respondi. Num primeiro momento, pensei que eles fizessem alusão ao jornal mensal *Ação Direta*, fundado pelo José Oiticica e que eu conhecia bem. Mas eles insistiam que não. Então pedi que me mostrassem a publicação. Não queriam. Insisti. Acrescentei que se eu reconhecesse eu admitiria tê-la visto, lido ou possuído. Afinal cederam e tiraram da gaveta o folheto *Ação Directa*. Sorri, pois eu me lembrava. Admiti conhecê-lo. Disse que a ortografia era lusitana e que a publicação era anterior à época do regime militar, que tinha sido impresso a pedido do General Delgado (desertor do Exército Português da época do Salazar, e que eu tinha conhecido na sede da Editora Germinal cinco anos antes). A publicação tinha sido financiada por ele em função da Resistência em Portugal e não tinha nada que ver com as guerrilhas da América Latina. O coronel Veloso perguntou, então, se eu tinha tido na mão esse folheto. Disse que sim. Perguntou-me então o que eu fiz com ele, pois não tinha sido encontrado na minha habitação logo das diligências policiais. Respondi que tinha despachado para a Biblioteca do C.I.R.A., na Suíça. E era verdade. Insistiu para saber se eu tinha lido e respondi que não; por não ter nenhuma experiência militar não teria entendido. Nessas alturas eu revelei o que, aliás, eles provavelmente já sabiam, isto é, meu passado



de objetor de consciência e minha prisão de quinze meses por ter recusado o serviço militar.

Roberto das Neves tinha sido interrogado separadamente, não sei se antes ou depois de mim, confirmando o que eu disse e acrescentando que qualquer cópia encontrada em casa de companheiros presos havia sido um presente dele. Neves ofereceu mais detalhes sobre a tiragem, a data de publicação e as circunstâncias (muitas das quais eu desconhecia). Sem que houvesse comunicação entre nós, o Roberto confirmou tudo o que eu e outros dissemos sobre este assunto. Claro que qualquer um de nós poderia ter usado esse manual para fabricar bombas e organizar uma resistência armada contra o governo. Por via das dúvidas, os inquisidores foram visitar os sítios pertencentes ao Movimento Libertário, nos Estados da Guanabara e de São Paulo. Não encontraram armas nem guerrilheiros, porém, só alguns aposentados praticando agricultura biológica. E o negócio ficou nisso.

A segunda acusação era de que eu, como Presidente do CEPJO, seria o representante de uma organização terrorista internacional, o Centre Internationale de Recherche sur l'Anarchisme (Centro Internacional de Pesquisa sobre o Anarquismo, C.I.R.A.), cuja sede encontrava-se na Suíça. Por que eu tinha no bolso uma passagem para o Uruguai, acabava de chegar da Argentina, iria ao Chile dentro de um mês? Explicar as viagens não foi difícil, devido a minha profissão secundária de intérprete de conferências. Pude provar que até prestava meus serviços ao Ministério de Relações Exteriores do governo deles. Acharam contraditório. Fiz notar que a deontologia de intérprete é como a do médico, deve respeitar o segredo profissional. O chefe do Estado ou do governo pouco se importa com minhas ideias conquanto eu transmita sua mensagem fielmente. De meu lado, não preci-



O fechamento do Centro de Estudos Sociais Prof. José Oiticica

so concordar com aquilo que ele diz. Se tiver que contestar seus argumentos, eu o faço, depois de acabar meu serviço e na praça pública (era uma época de grandes manifestações estudantis das quais participava, pois, além de ser professor na Aliança Francesa e na PUC-Rio, eu era também estudante, no sentido que eu estava inscrito num programa de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Os militares, porém, continuavam acusando-me de receber ordens e fundos subversivos da Suíça. Pude provar que, se houve algum envio de fundos, foi só num sentido, exatamente o oposto. Isto é, tratava-se de uma percentagem sobre as cotizações pagas pelos membros do C.I.R.A. – Brasil. Eram importâncias tão modestas que os companheiros responsáveis da sede internacional do C.I.R.A. em Lausanne, pediram-me que não mandasse mais dinheiro, e sim livros em português para a biblioteca.

Convenci os militares de que não somente era o fundador da seção brasileira do C.I.R.A., mas também o fundador do C.I.R.A. internacional, nascido em Genebra, em 1957, e transferido para Lausanne mais tarde, e que, portanto, eu era o único responsável de qualquer infração da qual pudesse ser acusado o organismo internacional. O argumento foi decisivo. Um suboficial que era (ou brincava de ser) mais amigável do que outros me disse que alguém tinha saído de avião para consultar seus superiores e saber se eu podia ser liberado. Perguntei se ele tinha ido para Brasília, mas o meu interlocutor declarou que isso ele não podia revelar. De fato, fui liberado e pude viajar ao Uruguai para meu trabalho.

Sobre o “mistério” de minha rápida libertação foram formuladas várias hipóteses: a) minha esposa, sem eu saber, vinha diariamente (com as crianças?) ao Quartel e falava



com um major encarregado do inquérito. Ele lhe prometia apressar as coisas, e ela acreditava. Ainda hoje, pensa que foram seus choros que deram resultados; b) minha amiga (e aluna de italiano), Thérèse Willième, crê que Manoel Francisco do Nascimento Brito, dono do *Jornal do Brasili*, a quem dava aulas particulares de francês (às vezes na sede do jornal, outras na casa deles ou na minha), que tinha amigos entre as altas patentes militares, movimentou-se para que eu e o irmão dela, André Willième (que, por casualidade, tinha sido preso no mesmo dia que eu, mas por outro inquérito), fôssemos liberados. Nascimento Brito sabia de minhas ideias – que certamente não compartilhava – mas sempre foi cortês comigo e tinha me ajudado a difundir comunicados anunciando palestras do CEPJO, do Centro Brasileiro de Estudos Internacionais ou do C.I.R.A. - Brasil; c) eu tinha avisado meus interrogadores que minha ausência numa conferência internacional seria notada (a cabine de italiano não poderia funcionar com o único outro intérprete disponível na América Latina) e causaria um “escândalo” internacional do qual o Brasil talvez não precisasse. Qual das três possibilidades foi determinante, nunca soube.

No Uruguai, encontrei companheiros como Carlos Rama, Luce Fabbri, Eugen Relgis, Ruben Prieto, e toda a turma da Comunidad del Sur. O Prof. Rama, que bem me conhecia, pensou que eu ia ser preso uma vez que voltasse ao Brasil e me ofereceu hospitalidade e trabalho. Os companheiros da gráfica da Comunidad del Sur (com quem almocei no centro da cidade) foram além de qualquer expectativa de solidariedade, e ofereceram hospedar os outros quinze companheiros presos, junto com suas famílias, se conseguissem asilo ou se pudessem chegar ao Uruguai por seus próprios meios. Haveria alojamento, comida e trabalho



O fechamento do Centro de Estudos Sociais Prof. José Oiticica

para todos. Agradei, disse que eu transmitiria o convite aos companheiros pessoalmente, já que eu tinha resolvido voltar ao Rio de Janeiro, pois não queria correr o perigo que minha família fosse presa como refém, como tinha acontecido em outros casos. Quando voltei ao Rio, os companheiros tinham sido quase todos libertados. Edgar Rodrigues, que tinha escapado à prisão devido a seu pseudônimo, foi quem manteve os contatos com as famílias dos presos e com os advogados.

Nessas alturas era urgente que nos reuníssemos para decidir o destino do CEPJO. Foi aí que alguém (um advogado escolhido pelo Edgar?) redigiu a convocatória que me foi mandada para que eu assinasse, como presidente da entidade, e que foi publicada num número do *Diário Oficial* do mês de novembro de 1969. Dizia o texto:

*Centro de Estudos Professor José Oiticica”
Assembleia Geral Extraordinária*

O Presidente, pelo presente Edital, convoca os Srs. Sócios para a Assembleia Geral Extraordinária, marcada para as 18 horas em primeira e 18,30 horas em segunda convocação, com qualquer número, do dia 20 de novembro de 1969, para se deliberar em definitivo, sobre a dissolução desta entidade cultural, tendo em vista os fatos conhecidos que tornam impossível a continuação de suas atividades. Nessa Assembleia Geral Extraordinária deverá ser eleito um liquidante, preferencialmente estranho aos quadros do Centro, para atendimento das disposições legais e estatutárias, com poderes de apurar o patrimônio e solver de seus compromissos financeiros.

Pietro Ferrua – Presidente



É bem possível que tenha havido duas reuniões, uma para discutir (e redigir?) o dito documento, além da própria Assembleia Geral Extraordinária. Isso só poderia ter ocorrido depois de minha volta de Montevideu e antes da publicação no *Diário Oficial* em 11 de novembro de 1969. Só sei que, entre 14 e 19 de novembro, efetuei uma viagem ao Chile (com uma parada de 24 horas na volta) e que devo ter tido pouco tempo para contatos e reuniões. Tampouco lembro a identidade de todos os assistentes à Assembleia Extraordinária que teve lugar na casa da irmã do companheiro Matos, situada na rua Joaquim Meier 142, no bairro do Meier. A meu ver estavam com certeza os seguintes: Edgar Rodrigues, Diamantino Augusto, Manoel Matos, Paulo Fernandes, Manuel Ramos, Fernando da Silva Neves. Talvez outros mais. Sei que não estavam presentes Ideal Peres e Ester Redes. Alguém nos informara que um dos dois estava muito abalado e o outro precisava cuidar dele. Se bem me recordo houve alguma hesitação em fechar legalmente o CEPJO, mas a vontade comum foi de continuar as atividades clandestinamente, como tínhamos feito durante o ano anterior pelo bastante concorrido congresso do Movimento Libertário do Rio de Janeiro, que, apesar das circunstâncias, reuniu mais de trinta pessoas.

Mais pormenores poderia provavelmente oferecer o Edgar Rodrigues, grande pesquisador e colecionador de documentos, que conseguiu esconder e preservar muito material precioso para a história do movimento anarquista, social e operário do Brasil e de Portugal. Coube a mim, nos dias que seguiram a Assembleia de dissolução do CEPJO, depositar no tabelião a declaração aprovada, e isso não foi sem dificuldades burocráticas.

Os autos do processo falavam de um tal de Pietro



O fechamento do Centro de Estudos Sociais Prof. José Oiticica

Michele Stefano Ferrua, italiano. Poderia provar que era brasileiro, pois estrangeiro não pode (ou não podia naquelas alturas) ser presidente de uma entidade brasileira? Consegui produzir o decreto de naturalização assinado em 17 de maio de 1966 e registrado no *Diário Oficial* de 20 de maio do mesmo ano. Além do mais, consegui a carteira de identidade, outorgada pelo Instituto Félix Pacheco, em 13 de novembro de 1969. Isso só indicava que eu era brasileiro e não mais italiano (é bem possível, aliás, que durante minha prisão os militares tenham me tratado mais cortesmente pensando que fosse estrangeiro e talvez sob a proteção da Embaixada da Itália e desconhecendo o fato que na Itália eu era considerado desertor), mas não provava que Pietro Ferrua e Pietro Michele Stefano Ferrua fossem a mesma pessoa.

Por grande sorte, um amigo meu advogado, Lambert de Athayde (pai de minha aluna Marcelle), tinha dirigido ao Tribunal da Guanabara uma petição nesse sentido em 1º de agosto de 1969. O despacho tinha sido rápido e consegui uma autorização do Tribunal, datada 24 de setembro de 1969, certificando que Pietro Michele Stefano Ferrua e Pietro Ferrua eram a mesma pessoa. Então, o cartório não conseguiu mais encontrar desculpas para invalidar a dissolução do CEPJO. Não que evitasse tomar uma decisão que tinha sido aprovada por uma Assembleia Geral, mas ela me deixava a boca amarga. O CEPJO tinha nascido antes de minha chegada ao Brasil, pois sua existência oficial data de 1958 e eu só visitei o Brasil pela primeira vez em 1961 e ali me estabeleci em fevereiro de 1963.

A história do CEPJO deveria ser dividida em dois períodos: o primeiro que vai de março de 1958 a de abril de 1964, durante o qual seu funcionamento foi mais ou menos normal, com muita ênfase no curso de psicologia do Professor



Newton Josetti. O segundo começa com o golpe. A primeira crise ocorrida foi a que se manifestou numa reunião em 05 de fevereiro de 1960, na qual três membros da associação propuseram que o CEPJO fosse fechado. Isso não foi aprovado e então Raul Vital e Seraphim Porto foram-se embora, enquanto o terceiro, Roberto das Neves, cessou de fazer parte oficialmente, mas seguiu colaborando. Minha primeira visita ao CEPJO ocorreu em julho de 1961, em época de férias escolares na Suíça, na minha primeira visita ao país, mas meu envolvimento direto começou só em fevereiro de 1963, quando, foragido da Suíça, me refugiei no Brasil. Nos primeiros meses de minha estadia no Rio, durante os quais eu trabalhava nos escritórios da firma de meu sogro, Max Lobo Filho, presidente da Emerson do Brasil, cuja sede encontrava-se na Avenida Rio Branco, passei a dar algumas aulas particulares na sede do CEPJO e recebi um jogo de chaves que, muito provavelmente, conservei até o seu fim. Nessas alturas compartilhávamos da sala com um grupo marxista, o que não criou problemas até o golpe militar de 31 de março de 1964, quando eles abandonaram o local e dentro dele deixaram não só livros de propaganda, mas também – com muita inconsciência – o caderno de endereço dos afiliados.

Naquela época eu morava no Leme, a um quarteirão ou dois de distância do Ideal Peres, que visitava muito regularmente. Nossa reação ao golpe militar foi diferente, mas numa coisa concordamos: tínhamos que nos desfazer de todo o material marxista que podia por em perigo nossas atividades, pois se éramos orgulhosos de nossas ideias anarquistas não queríamos assumir a responsabilidade de defender as de nossos “primos” marxistas, das quais não compartilhávamos. Edgar Rodrigues conta, em seu livro acima mencionado, as aventuras tragicômicas da destrui-



O fechamento do Centro de Estudos Sociais Prof. José Oiticica

ção do material “subversivo” ocorridas nas primeiras semanas de abril. Mas eu, por não ter carro, não participei dessas vicissitudes. Ajudei de uma maneira muito simples: subia até a sede e descia com um pacote que abandonava nas imediações. O primeiro foi nas escadarias da Biblioteca Nacional, o segundo nas do Teatro Municipal, um terceiro na esquina, e assim por diante. Não aconteceu nada.

Como disse, as reações dos companheiros ao golpe militar variaram. Conto, em outras oportunidades², a fundação da Liga dos Direitos do Homem (junto com Lícia Valladares), do Centro Brasileiro de Estudos Internacionais (com Thamar Sette Pinheiro, Roberto Ballalai, Savas Carydakis, Manoel Maurício de Albuquerque), da seção brasileira do C.I.R.A.. Alguém terá que escrever sobre as atividades do Movimento Libertário Estudantil, a Editora Mundo Livre, etc.... todas iniciativas que surgiram do (ou que tiveram lugar no) CEPJO. A nossa entidade talvez nunca tenha tido tanta repercussão quanto teve nos primeiros anos da ditadura: continuaram as aulas de psicologia durante mais um ano, abriu-se um cineclube, havia palestras semanais... O espaço era agora totalmente nosso, mas às vezes não bastava e muitas atividades tiveram lugar alhures, como na Associação Brasileira de Imprensa, no Teatro Carioca, no Colégio Brasileiro de Almeida e nas chácaras do Movimento Libertário. Para tanto, ajudou ter amigos e alunos particulares ligados à imprensa carioca, o que nos valeu anúncios no *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Última Hora*, *O Globo*, *O País*.

Além de uma persistente sementeira cultural, houve também as atividades mais políticas, que não se desenvolviam na sede do CEPJO, para não ter que redigir atas,



conforme estipulava a lei. Tudo isso não acabaria, e não acabou, de fato, com o fechamento oficial do CEPJO. Já sabíamos que continuaríamos a luta com todos os meios de que dispúnhamos. Entre 22 e 27 de novembro, aproveitando a oportunidade de um contrato de interpretação (um seminário sobre transplantação de órgãos) em São Paulo, tomei contato com os companheiros paulistanos, notadamente, com Germinal Leuenroth. Conteí o que tinha acontecido no Rio (as prisões, a dissolução oficial do CEPJO) e discutimos também a cessão dos arquivos do falecido Edgar Leuenroth³, seu pai, ao C.I.R.A.. Relatei também minha visita aos companheiros da Comunidad del Sur, do convite de hospitalidade que eles fizeram em favor das famílias dos companheiros presos no Rio, que não tinham gostado da ideia desse exílio no Uruguai pois achavam – e a história deu razão a eles – que as ditaduras militares se estenderiam também a outros países. Foi, de fato, o que aconteceu poucos anos depois com o próprio Carlos Rama (que teve que se refugiar no Chile e acabou depois na Espanha) e também com o Ruben Prieto, e outros companheiros uruguaios, que se exilaram na Suécia.

Logo depois de ter oficialmente dissolvido o CEPJO, quis registrar meu testamento no mesmo cartório. Apenas queria que, em caso de desaparecimento meu, não se perdesse a documentação que tinha acumulado (que se perdeu de qualquer maneira). Como meu herdeiro seria o C.I.R.A. da Suíça, tinha redigido o documento em francês. O tabelião teve finalmente sua vingança: recusou reconhecê-lo sob o pretexto de que não se podia autenticar um documento que não estivesse escrito no idioma do país. Tentei protestar dizendo que eu pedia só a autenticação da firma: que importava o conteúdo? De nada valeu minha insistência. Então,



O fechamento do Centro de Estudos Sociais Prof. José Oiticica

mandei o documento para Lausanne sem ser legalizado. Ficaram um pouco espantados, pois eu tinha somente 39 anos, e respiraram aliviados só uns dias depois quando receberam notícia de que eu me encontrava nos Estados Unidos.

As coisas aconteceram muito rapidamente. Foi nos primeiros dias de dezembro de 1969. Eu teria três meses de férias que tinha previsto dedicar à elaboração de minha tese de doutoramento. Recebi um telegrama de minha sogra, a Dra. Blanca Lobo Filho, que lecionava língua e literatura brasileira na State University, em Portland, no Oregon. Pedia com urgência que fosse apresentar um curso durante minha época de férias. Eu já estava com passaporte válido e visto de saída. Pedi e obtive imediatamente um visto turístico de professor visitante e sai no dia 8, chegando no dia 9 de dezembro. Fui logo apresentado aos colegas de D. Blanca, assisti a umas aulas, e foi-me explicado o que teria que ensinar e como. No dia 12 chegou minha família do Rio: era o aniversário do meu filho. A surpresa precedeu a alegria. Finalmente entendi tudo: sabendo que nunca teria deixado o Brasil de minha própria vontade, sobretudo em direção aos Estados Unidos, minha família tinha “inventado” esse contrato provisório de ensino. Aliás, não totalmente, pois de fato ensinei por um par de meses, mas para substituir minha sogra que tinha ido ao Rio para despachar nossos pertences e alugar o apartamento em que vivíamos. De fato, tinha saído com uma mala só, trazendo pijama, escova de dentes e alguns cadernos de notas de cursos. Não tinha me despedido de ninguém e não sabia que não voltaria ao Brasil senão... quinze anos depois.

Só depois de minha família chegar é que eu entendi que havia tido um “complô” para me “tirar das encrencas”. Do



que adiantava ficar indignado e protestar? Eles tinham medo de que me prendessem de novo e me torturassem; e as crianças tinham que ser protegidas. Minha sogra foi várias vezes ao Brasil. Conversou demoradamente com o Ideal Peres, que entendeu a situação. Pediu que eu o ajudasse financeiramente (pois ia ter muitas despesas de advogados), porém, mais tarde preferiu que comprasse e mandasse livros, em qualquer dos idiomas que ele pudesse ler. Nomeou-me (suponho que depois de ter consultado os companheiros) representante do Movimento Libertário do Rio de Janeiro⁴ e foi como tal que eu comecei a informar o movimento internacional do que havia ocorrido no Brasil. Continuei recebendo notícias dele e de alguns outros companheiros, o mais assíduo dos quais foi Edgar Rodrigues. Tudo isso será relatado em outros artigos. Portanto, aqui se conclui a primeira parte de um discurso específico que, junto com outros meus e de outrem, vai constituir um repositório da memória coletiva das atividades anarquistas cariocas durante os anos da ditadura militar.

Notas

¹ Edgar Rodrigues. *Os anarquistas no banco dos réus*. Rio de Janeiro, VJR-Editores Associados, 1993.

² *verve* tem publicado os arquivos e memórias inéditos de Pietro Ferrua sobre o C.I.R.A. Brasil e suas práticas no anarquismo brasileiro nos anos 1960. Seus registros estão em “Os Arquivistas: C.I.R.A. Brasil [1ª Parte]” (*verve* 15), “Os Arquivistas: C.I.R.A. Brasil [2ª Parte]” (*verve* 16), “Os Arquivistas: C.I.R.A. Brasil [3ª Parte]” (*verve* 17) e “A fundação da Liga dos Direitos Humanos no início da ditadura militar” (*verve* 21). (N.E.)

³ Por parte de Germinal a promessa não foi mantida, mas tampouco conseguiram os companheiros suíços obter ajuda das suas autoridades competentes.

⁴ Permaneci como tal entre 1970 e 1985, quando a abertura democrática permitiu uma vida política praticamente normal.



Resumo

O artigo trata das circunstâncias nas quais o Centro de Estudos Sociais José Oiticica foi fechado pela ditadura civil-militar no Brasil, logo após o golpe de Estado. Como presidente do Centro, Pietro Ferrua esteve diretamente envolvido nesse episódio. Preso e solto pelos militares, junto a outros companheiros políticos, Ferrua trocou o Brasil pelos Estados Unidos pela dificuldade de manter a salvo sua família no país. O artigo é parte do original e inédito arquivo do C.I.R.A. – Brasil escrito e mantido por Pietro Ferrua.

Palavras-chave: C.I.R.A. – Brasil, anarquismo no Brasil, ditadura civil-militar.

Abstract

The article is about the circumstances in which the José Oiticica Center of Social Studies was closed down by the civil-military dictatorship in Brazil, right after the coup. As its President Pietro Ferrua was directly involved in the episode. Arrested and released by the military, alongside other political fellows, Ferrua fled Brazil to the United States unable to safely stay in Brazil with his family. This is part of the original and previously unpublished C.I.R.A. – Brazil files written and kept by Pietro Ferrua.

Keywords: C.I.R.A. – Brazil, brazilian anarchism, civil-military dictatorship.

The closure of the Center of Social Studies José Oiticica, Pietro Ferrua.

Recebido em 20 de outubro de 2012. Confirmado para publicação em 15 de fevereiro de 2013.

